

## Pobreza e salário mínimo

RUBENS PENHA CYSNE\*

É curioso observar como alguns qualificados trabalhos empíricos sobre pobreza no Brasil omitem, na explicação da queda dos índices de pobreza ocorrida desde o início do Real, a contribuição externa, no valor de US\$ 93,7 bilhões, para os níveis domésticos de consumo e investimento. Este total representa o acumulado dos déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, no período que vai de julho de 1994 a julho de 1998. Na ausência da incorporação deste fato à análise, concluem ainda algumas pesquisas, de forma perigosa, que as elevações de salário mínimo, principalmente a elevação de 42,9% ocorrida em maio de 1995, se constituíram em importantes atores coadjuvantes na redução de pobreza após o Real.

Esta análise viesada concentrada no salário mínimo gera dois riscos. Primeiro, esquece-se que boa parte da redução de pobreza ocorrida após o Real pode ser apenas temporária, fruto de antecipação na alocação intertemporal do consumo, obtida através de valorização cambial. Esta antecipação fomentou o excesso da absorção doméstica em consumo e investimento sobre a produção nacional bruta de bens e serviços. Para fechar as contas, o resto do mundo teve que contribuir com bens e serviços de sua produção, para o Brasil, em um valor médio de US\$ 23,4 bilhões em cada ano após o Real.

Segundo, corre-se o risco de se propor, como variáveis de política válidas para reduções de desigualdade e pobreza, novos e inusitados aumentos do salário mínimo. Em 1994 e 1995 o resto do mundo se encontrava disposto a financiar esta política. Agora, não mais. Pelo contrário, com o câmbio nominal inibido pela perspectiva de se detonar uma crise de confiança, um déficit externo elevado e uma economia já desaquecida, o que mais se precisa no momento é de flexibilidade na remuneração aos fatores de produção, salários em particular. Is-

to, para não falar nos efeitos maléficos da elevação do mínimo sobre as contas públicas.

Boa parte da contribuição para a temporária redução de pobreza após o Real certamente se deu à custa desta elevação do passivo externo líquido do Brasil, em US\$ 93,7 bilhões. Em particular, isto se aplica inclusive à queda do imposto inflacionário, que não teve como contrapartida redução equivalente de despesas. O governo deixou de receber dos pobres para tomar emprestado dos não-residentes e cobrar a conta dos pagadores de imposto no futuro. Na ausência de importações líquidas de bens e serviços externos nestes últimos anos, os preços já teriam subido o suficiente para anular quaisquer aumentos nominais de salários. Não há dúvida que a distribuição de renda no Brasil é bastante distorcida. Costuma-se dizer (dados da PNAD de 1995) que os 50% mais pobres obtêm 10% da renda, enquanto que os 10% mais ricos apropriam-se de 50% da renda. Esta má distribuição de renda faz com que boa parte dos brasileiros se situe abaixo da linha de pobreza.

Distribuição de renda adequada, entretanto, obtém-se com elevação de produtividade e distribuição equitativa das ferramentas utilizadas para produzir tal renda, quais sejam, educação, terras, máquinas e equipamentos. Este não é o caso no Brasil. Os fatores de produção têm sido historicamente mal distribuídos (educação em particular) e, como não poderia deixar de ser, também a renda. Distribuição de renda obtém-se também através de despesas públicas que privilegiem as camadas sociais menos favorecidas, bem como da redução da carga tributária concentrada nos mais pobres. Não se trata, neste último caso, de defender a distribuição de renda através de alíquotas fortemente progressivas do imposto de renda, idéia desatualizada desde a década de 80. Mas sim de se evitar que a contrapartida dos gastos públicos se dê através de expedientes como o imposto inflacionário ou ou-

tros impostos regressivos, que afetam preponderantemente os mais pobres.

No curto prazo, cabe observar que o câmbio real e a taxação (em particular, a taxação dos serviços providos pela moeda, que dão origem ao chamado imposto inflacionário), são variáveis fundamentais a serem observadas quando se pretende efetuar uma discussão sobre pobreza ou distribuição de renda. Isto porque tais variáveis representam instrumentos que permitem variações na alocação da absorção doméstica de bens e serviços, tanto entre diferentes grupos, no mesmo instante de tempo, quanto intertemporalmente. Com isto, podem-se alterar momentaneamente as estatísticas de renda e pobreza, sem que no entanto isto represente algo sustentável ao longo do tempo.

Quando não acompanhadas de suficientes investimentos e acréscimos de produtividade, estas realocações intertemporais costumam se reverter no futuro. Neste instante, diz-se em geral que chegou a hora de pagar a conta. Com juros, e com o tempo perdido que em geral se associa às falsas sensações de riqueza e bonança. A não-observância deste fato pode viesar estimadores associados ao estudo da pobreza, bem como gerar conclusões erradas e políticas incongruentes.

Nos 12 meses anteriores ao Real, o déficit em conta corrente se situou em algo da ordem de menos 800 milhões de dólares. Tautologicamente, os sucessivos déficits em conta após o Real têm permitido aos residentes brasileiros nestes quatro anos um excesso de consumo e investimento sobre o produto nacional bruto da ordem de US\$ 94,5 bilhões superior àquele ocorrido nos 12 meses antes do Plano Real. Não admira, então, que a pobreza tenha se reduzido. Não há pobreza que resista a um dólar suficientemente barato. Nem financiador externo.

\*Diretor de Pesquisas da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas